

8. Jesus Cristo, Deus e Homem verdadeiro

Jesus Cristo assumiu a natureza humana sem deixar de ser Deus: é verdadeiro Deus e verdadeiro homem.

08/01/2015

1. A Encarnação do Verbo

“Quando veio a plenitude dos tempos, Deus enviou seu Filho, que nasceu de uma mulher” (*Gal 4,4*). Assim se cumpre a promessa de um Salvador que Deus fez a Adão e Eva ao serem expulsos do Paraíso: “Porei

inimizade entre ti e a mulher, e entre a tua descendência e a dela. Esta te ferirá a cabeça, e tu lhe ferirás o calcanhar” (*Gn* 3,15). Este versículo do Gênesis é conhecido com o nome de protoevangelho, pois constitui o primeiro anúncio da boa-nova da salvação. Tradicionalmente, tem-se interpretado que a mulher a que se refere é, tanto Eva, em sentido imediato, como Maria, em sentido pleno; e que a descendência da mulher se refere tanto à humanidade como a Cristo.

Desde então, até o momento em que “o Verbo se fez carne e habitou entre nós” (*Jo* 1, 14), Deus foi preparando a humanidade para que pudesse acolher frutuosamente o seu Filho Unigênito. Deus escolheu para si o povo israelita, estabeleceu com ele uma Aliança e o formou progressivamente, intervindo em sua história, manifestando-lhe os seus desígnios através dos patriarcas e

dos profetas e santificando-o para si. E tudo isto, como preparação e figura daquela nova e perfeita Aliança que havia de concluir-se em Cristo e daquela plena e definitiva revelação que devia ser efetuada pelo próprio Verbo encarnado[1]. Ainda que Deus tenha preparado a vinda do Salvador, principalmente mediante a escolha do povo de Israel, isto não significa que abandonasse os outros povos, os “gentios”, pois nunca deixou de dar testemunho de si mesmo (cf. *Atos* 14, 16-17). A Providência divina fez com que os gentios tivessem uma consciência mais ou menos explícita da necessidade da salvação, e também nos últimos confins da terra conservavam o desejo de ser redimidos.

A Encarnação tem a sua origem no amor de Deus pelos homens: “Nisto se manifestou o amor de Deus para conosco: em nos ter enviado ao

mundo o seu Filho único, para que vivamos por Ele” (*1 Jo 4, 9*). A Encarnação é a demonstração por excelência do Amor de Deus para com os homens, já que nela é o próprio Deus que se entrega aos homens, fazendo-se participante da natureza humana, na unidade da pessoa.

Após a queda de Adão e Eva no paraíso, a Encarnação tem uma finalidade salvadora e redentora, como professamos no Credo: “por nós homens e para nossa salvação, desceu dos céus e se encarnou pelo Espírito Santo, no seio da Virgem Maria, e se fez homem”[2]. Cristo afirmou de Si mesmo que o Filho do homem veio para “procurar e salvar o que estava perdido” (*Lc 10,19*; cfr. *Mt 18,11*) e que “Deus não enviou o Filho ao mundo para condená-lo, mas para que o mundo seja salvo por Ele” (*Jo 3,17*).

A Encarnação não só manifesta o infinito amor de Deus pelos homens, a sua infinita misericórdia, justiça, e poder, mas também a coerência do plano divino da salvação. A profunda sabedoria divina se manifesta na forma como Deus quis salvar o homem, isto é, do modo mais adequado à sua natureza, que é precisamente através da Encarnação do Verbo.

Jesus Cristo, o Verbo encarnado, “não é nem um mito, nem uma ideia abstrata qualquer. É um homem que viveu em um contexto concreto e que morreu depois de ter vivido a sua própria existência dentro da evolução da história. A pesquisa histórica sobre Ele é, pois, uma exigência da fé cristã”[3].

Pertence à doutrina da fé o conhecimento de que Cristo existiu, como também que morreu realmente por nós e que ressuscitou ao terceiro

dia (cf. 1 Co 15, 3-11). A existência de Jesus é um fato provado pela ciência histórica, sobre tudo mediante a análise do Novo Testamento, cujo valor histórico está fora de dúvida. Há outros testemunhos antigos não cristãos, pagãos e judeus, sobre a existência de Jesus. Precisamente por isto, não são aceitáveis as posições de quem contrapõe um Jesus histórico ao Jesus da fé e defendem a hipótese de que quase tudo o que o Novo Testamento diz acerca de Cristo seria uma interpretação de fé que fizeram os discípulos de Jesus, mas não a sua autêntica figura histórica, que ainda permaneceria oculta para nós. Estas posturas, que em muitas ocasiões contêm um forte preconceito contra o sobrenatural, não levam em conta que a pesquisa histórica contemporânea concorda em afirmar que a apresentação que faz o cristianismo primitivo de Jesus é baseada em fatos autênticos que realmente aconteceram.

2. Jesus Cristo, Deus e homem verdadeiro

A Encarnação é “o mistério da admirável união da natureza divina e da natureza humana na única Pessoa do Verbo” (*Catecismo*, 483). A Encarnação do Filho de Deus “não significa que Jesus Cristo seja em parte Deus e em parte homem, nem que ele seja o resultado de uma mescla confusa entre o divino e o humano. Ele se fez verdadeiramente homem, permanecendo verdadeiro Deus. Jesus Cristo é verdadeiro Deus e verdadeiro homem” (*Catecismo*, 464). A divindade de Jesus Cristo, Verbo eterno de Deus, foi comentada no texto referente à Santíssima Trindade. Aqui, vamos focar a atenção no que diz respeito à sua humanidade.

A Igreja definiu e esclareceu esta verdade de fé durante os primeiros séculos frente às heresias que a

falseavam. Já no século I, alguns cristãos de origem judaica, os ebionitas, consideraram Cristo um simples homem, ainda que muito santo. No século II, surge o adocionismo, que sustentava ser Jesus Cristo filho adotivo de Deus; Jesus seria apenas um homem em quem habita a força de Deus; para eles, Deus era uma só pessoa. Esta heresia foi condenada no ano 190 pelo papa São Victor, pelo Concílio de Antioquia, de 268, pelo Concílio I de Constantinopla e pelo sínodo romano de 382[4]. A heresia ariana, ao negar a divindade do Verbo, negava também que Jesus Cristo fosse Deus. Arrio foi condenado pelo Concílio I de Niceia, no ano de 325. Também atualmente, a Igreja voltou a recordar que Jesus Cristo é o Filho de Deus subsistente desde a eternidade, que na Encarnação assumiu a natureza humana em sua única pessoa divina[5].

A Igreja também enfrentou outros erros que negavam a realidade da natureza humana de Cristo. Entre esses, encontram-se as heresias que negavam a realidade do corpo ou da alma de Cristo. Entre as primeiras, encontra-se o docetismo, em suas diversas variantes, que possui um fundo gnóstico e maniqueu. Alguns dos seus seguidores afirmavam que Cristo teve um corpo celeste, ou que seu corpo era puramente aparente, ou que apareceu de repente na Judéia, sem ter tido que nascer ou crescer. Já São João teve que combater este tipo de erros: “muitos sedutores tem saído pelo mundo afora, os quais não proclaimam Jesus Cristo que se encarnou” (2 Jo 7; cf. 1 Jo 4, 1-2).

Arrio e Apolinário de Laodiceia negaram que Cristo tivesse verdadeira alma humana. O segundo teve particular importância neste campo e a sua influência esteve

presente durante vários séculos nas controvérsias cristológicas posteriores. Na tentativa de defender a unidade de Cristo e sua impecabilidade, Apolinário sustentou que o Verbo desempenha as funções da alma humana espiritual. Esta doutrina, porém, supunha a negação da verdadeira humanidade de Cristo, composta, como em todos os homens, de corpo e alma espiritual (cf. *Catecismo*, 471). Foi condenado no Concílio I de Constantinopla e no Sínodo Romano de 382[6].

3. A união hipostática

No início do século quinto, após as controvérsias precedentes, estava clara a necessidade de sustentar firmemente a integridade das duas naturezas, divina e humana, na Pessoa do Verbo; de modo que a unidade pessoal de Cristo começa a tornar-se o centro de atenções da cristologia e da soteriologia

patrística. Para este aprofundamento contribuíram novas discussões.

A primeira grande controvérsia teve sua origem em algumas afirmações de Nestório, patriarca de Constantinopla, que utilizava uma linguagem na qual dava a entender que em Cristo há dois sujeitos: o sujeito divino e o sujeito humano, unidos entre si por um vínculo moral, mas não fisicamente. Neste erro cristológico tem origem a sua rejeição do título de Mãe de Deus, *Theotókos*, aplicado a Santa Maria. Maria seria Mãe de Cristo, mas não Mãe de Deus. Diante desta heresia, São Cirilo de Alexandria e o Concílio de Éfeso de 431 recordaram que “a humanidade de Cristo não tem outro sujeito senão a pessoa divina do Filho de Deus, que a assumiu e a fez sua desde sua concepção. Por isso o Concílio de Éfeso proclamou, em 431, que Maria se tornou de verdade Mãe de Deus pela concepção humana do

Filho de Deus em seu seio” (*Catecismo*, 466; cf. DS 250 e 251).

Uns anos mais tarde, surgiu a heresia monofisita. Esta heresia tem antecedentes no apolinarismo e em uma má compreensão da doutrina e da linguagem empregada por São Cirilo, por parte de Eutiques, ancião arquimandrita de um mosteiro de Constantinopla. Eutiques afirmava, entre outras coisas, que Cristo é uma Pessoa que subsiste em uma só natureza, pois a natureza humana teria sido absorvida pela divina. Este erro foi condenado pelo Papa São Leão Magno, no seu *Tomus ad Flavium*[7], autêntica joia da teologia latina, e pelo Concílio ecumênico de Calcedônia, do ano 451, ponto de referência obrigatório para a Cristologia. Assim ensina a “confessar um só e mesmo Filho, Nosso Senhor Jesus Cristo, o mesmo perfeito em divindade e perfeito em

humanidade”[8], e acrescenta que a união das duas naturezas é “sem confusão, sem mudanças, sem divisão, sem separação”[9].

A doutrina calcedonense foi confirmada e esclarecida pelo Segundo Concílio de Constantinopla no ano 553, que oferece uma interpretação autêntica do Concílio anterior. Após enfatizar várias vezes a unidade de Cristo[10], afirma que a união das duas naturezas de Cristo se dá segundo a hipóstase[11], superando assim o erro da fórmula ciriliana que falava da unidade segundo a “fisis”. Nesta linha, o Concílio de Constantinopla indicou também o sentido em que se deve entender a conhecida fórmula ciriliana de “uma natureza do Verbo de Deus encarnado”[12], frase que São Cirilo pensava ser de Santo Atanásio, mas que na realidade tratava-se de uma falsificação apolinarista.

Nestas definições conciliares, que tinham como finalidade esclarecer alguns erros concretos e não expor o mistério de Cristo em sua totalidade, os Padres conciliares utilizaram a linguagem de seu tempo. Da mesma forma que Niceia empregou o termo consubstancial, Calcedônia utilizou termos como natureza, pessoa, hipóstase etc., segundo o significado habitual que tinham na linguagem comum, e na teologia de sua época. Isto não significa, como afirmaram alguns, que a mensagem evangélica se helenizara. Ao contrário, quem se mostrou rigidamente helenizantes foram precisamente os que propunham as doutrinas heréticas, como Arrio ou Nestório, que não souberam ver as limitações da linguagem filosófica do seu tempo, diante do mistério de Deus e de Cristo.

4. A Humanidade Santíssima de Jesus Cristo

“Na união misteriosa da Encarnação, ‘a natureza humana foi assumida, não aniquilada’ (GS 22,2)” (*Catecismo*, 470). Por isso, a Igreja ensinou a “a plena realidade da alma humana, com suas operações de inteligência e vontade, e a do corpo humano de Cristo. Mas, paralelamente, teve de lembrar toda vez que a natureza humana de Cristo pertence “*in proprio*” à pessoa divina do Filho de Deus que a assumiu. Tudo o que Cristo é e o que faz nela depende do “Um da Trindade”. Por conseguinte, o Filho de Deus comunica à sua humanidade seu próprio modo de existir pessoal na Trindade. Assim, em sua alma como em seu corpo, Cristo exprime humanamente os modos divinos de agir da Trindade (cf. *Jo* 14, 9-12)” (*Catecismo*, 470).

A alma humana de Cristo está dotada de um verdadeiro conhecimento humano. A doutrina católica ensina

tradicionalmente que Cristo, enquanto homem, possuía um conhecimento adquirido, uma ciência infusa e a ciência beata própria dos bem-aventurados no céu. A ciência adquirida de Cristo não podia ser, por si, ilimitada: “por isso O Filho de Deus, ao tornar-se homem, pôde aceitar “crescer em sabedoria, em estatura e em graça” (Lc 2,52) e também informar-se sobre aquilo que na condição humana se deve aprender de maneira experimental (cf. Mc 6, 38; 8, 26; Jo 11, 34)” (*Catecismo*, 472). Cristo, em quem repousa a plenitude do Espírito Santo com os seus dons (cf. Is 11, 1-3), possuiu também a ciência infusa, isto é, aquele conhecimento que não se adquire diretamente pelo trabalho da razão, mas é infundido diretamente por Deus na inteligência humana. Com efeito, “O Filho mostrava também em seu conhecimento humano a penetração divina que tinha pensamentos

secretos do coração dos homens (cf. *Mc* 2, 8; *Jo* 2, 25; 6, 61” (*Catecismo*, 473). Cristo possuía também a ciência própria dos beatos: “Por sua união a Sabedoria divina na pessoa do Verbo encarnado, o conhecimento humano de Cristo gozava em plenitude da ciência dos desígnios eternos que viera revelar (cf. *Mc* 8, 31; 9, 31; 10, 33-34; 14, 18-20.26-30” (*Catecismo*, 474). Por tudo isto, deve-se afirmar que Cristo, enquanto homem, é infalível: admitir nele o erro seria admiti-lo no Verbo, única pessoa existente em Cristo. No que diz respeito a uma eventual ignorância propriamente dita, deve-se ter presente que “O que ele reconhece desconhecer neste campo (cf. *Mc* 13, 32) declara alhures não ser sua missão revelá-lo (cf. *Atos* 1, 7)” (*Catecismo*, 474). Entende-se que Cristo fosse humanamente consciente de ser o Verbo e de sua missão salvífica[13]. Por outro lado, a teologia católica, ao pensar que

Cristo possuía, já na terra, a visão imediata de Deus, sempre negou a existência da virtude da fé em Cristo[14].

Diante das heresias monoenergeta e monotelita que, em lógica continuidade com o monofisismo precedente, afirmavam que em Cristo há uma só operação ou uma só vontade, a Igreja confessou, no III Concílio ecumênico de Constantinopla, do ano 681, que Cristo possui duas vontades e duas operações naturais, divinas e humanas, não opostas, mas cooperantes, de forma que o Verbo feito carne, em sua obediência ao Pai, quis humanamente tudo aquilo que decidiu divinamente com o Pai e o Espírito Santo, para nossa salvação (cf. DS 556-559). A vontade humana de Cristo “segue a sua vontade divina sem estar em resistência nem em oposição em relação a ela; mas antes sendo subordinada a esta vontade

todo-poderosa (DS 556)" (*Catecismo* 475). Trata-se de uma questão fundamental, pois está diretamente relacionada com o ser de Cristo e com a nossa salvação. São Máximo, o Confessor, distinguiu-se por este esforço doutrinal de esclarecimento e se serviu com grande eficácia da conhecida passagem da oração de Jesus no Horto, em que aparece a conformidade da vontade humana de Cristo com a vontade do Pai (cf. *Mt* 26, 39).

Consequência da dualidade de naturezas é também a dualidade de operações. Em Cristo, há duas operações, as divinas, procedentes de sua natureza divina, e as humanas, que procedem da natureza humana. Fala-se também de operações teândricas para referir-se àquelas em que a operação humana atua como instrumento da operação divina: é o caso dos milagres realizados por Cristo.

O realismo da Encarnação do Verbo manifestou-se também na última grande controvérsia cristológica da época patrística: a disputa sobre as imagens. O costume de representar a Cristo, em afrescos, ícones, baixos relevos etc., é antiquíssimo e existem testemunhos que remontam ao menos até o século segundo. A crise iconoclasta ocorreu em Constantinopla no início do século VIII e teve sua origem em uma decisão do Imperador.

Anteriormente, já tinham aparecido teólogos que haviam se mostrado partidários ou contrários ao uso das imagens, mas as duas tendências tinham coexistido pacificamente. Aqueles que se opunham costumavam acrescentar que Deus não tem limites e, portanto, não pode ser incluído dentro de umas linhas, de uns traços, não pode ser circunscrito. Porém, como apontou São João Damasceno, foi a própria Encarnação que circunscreveu o

Verbo, indelimitável. “Visto que o Verbo se fez carne assumindo uma verdadeira humanidade, o corpo de Cristo era delimitado. Em razão disso, o rosto humano de Jesus pode ser "desenhado" (*Ga 3, 2*)” (*Catecismo*, 476). No II Concílio ecumênico de Niceia, do ano 787, “a Igreja reconheceu como legítimo que ele seja representado em imagens sagradas” (*Catecismo*, 476). Com efeito, “as particularidades individuais do corpo de Cristo expressam a pessoa divina do Filho de Deus. Ele fez seus os traços de seu próprio corpo humano até o ponto que, pintados em uma imagem sagrada, podem ser venerados porque quem venera a imagem, venera a pessoa nela representada”[15].

A alma de Cristo, ao não ser divina por essência, mas humana, foi aperfeiçoada, como as almas dos outros homens, mediante a graça

habitual, que é “um dom habitual, uma disposição estável e sobrenatural para aperfeiçoar a própria alma e torná-la capaz de viver com Deus, agir por seu amor” (*Catecismo*, 2000). Cristo é santo, como anunciou o arcanjo Gabriel a Santa Maria na Anunciação: *Lc 1, 35*. A humanidade de Cristo é radicalmente santa, fonte e paradigma da santidade de todos os homens. Pela Encarnação, a natureza humana de Cristo foi elevada à maior união com a divindade – com a Pessoa do Verbo – a que pode ser elevada alguma criatura. Do ponto de vista da humanidade do Senhor, a união hipostática é o maior dom que jamais se tenha podido receber, e costuma ser conhecida com o nome de graça de união. Pela graça habitual, a alma de Cristo foi divinizada com essa transformação que eleva a natureza e as operações da alma ao plano da vida íntima de Deus, proporcionando às suas

operações sobrenaturais uma co-naturalidade que, de outro modo, não teria. A sua plenitude de graça implica também a existência das virtudes infusas e dos dons do Espírito Santo. Desta plenitude de graça de Cristo, “recebemos todos, graça sobre graça” (*Jo 1, 16*). A graça e os dons foram outorgados a Cristo não só em atenção à sua dignidade de Filho, mas também em atenção à sua missão de novo Adão e Cabeça da Igreja. Por isso se fala de uma graça capital em Cristo que não é uma graça distinta da graça pessoal do Senhor, mas é um aspecto dessa mesma graça que acentua sua ação santificadora sobre os membros da Igreja. A Igreja, com efeito, “é o Corpo de Cristo” (*Catecismo*, 805), um corpo “do qual Cristo é a Cabeça: ela vive d'Ele, n'Ele e por Ele; Ele vive com ela e nela” (*Catecismo*, 807).

O Coração do Verbo encarnado.
“Jesus conheceu-nos e amou-nos a

todos durante sua Vida, sua Agonia e Paixão e entregou-se por todos e cada um de nós: "O Filho de Deus amou-me e entregou-se por mim" (Gl 2,20). Amou-nos a todos com um coração humano" (*Catecismo*, 478). Por este motivo, o Sagrado Coração de Jesus é o símbolo por excelência do amor com que ama continuamente ao eterno Pai e a todos os homens (cf. *ibidem*).

José Antonio Riestra

Bibliografia básica

Catecismo da Igreja Católica, 422-483.

Bento XVI-Joseph Ratzinger, *Jesus de Nazaré*, ed. Planeta, São Paulo 2007.

Leituras recomendadas

A. Amato, *Jesús el Señor*, BAC, Madrid 1998.

F. Ocáriz – L.F. Mateo Seco – J.A. Riestra, *El misterio de Jesucristo*, 3^a ed., EUNSA, Pamplona 2004.

[1] Concílio Vaticano II, Const. *Lumen Gentium*, 9.

[2] Concílio de Constantinopla I, *Symbolum*, DS 150; cf. Concílio Vaticano II, Const. *Lumen Gentium*, 55.

[3] Comissão Teológica Internacional, *Algumas questões referentes à cristologia* (1979).

[4] Cf. DS 151 y 157-158.

[5] Cf. Congregação para a Doutrina da Fé, *Decl. Mysterium Filii Dei*, 21-02-1972, en AAS 64(1972)237-241.

[6] Cf. DS 151 y 159.

[7] Cf. *Ibidem*, 290-295.

[8] Cf. *Ibidem*, 301; *Catecismo*, 467.

[9] Cf. *Idem*.

[10] Cf. *Ibidem*, 423.

[11] Cf. *Ibidem*, 425.

[12] Cf. *Ibidem*, 429.

[13] Cf. Comissão Teológica
Internacional, *A consciência que Jesus
tinha de si mesmo e da sua missão*
(1985).

[14] Cf. Congregação para a Doutrina
da Fé, *Notificação*, n. 5, 26-11-2006.

[15] Concilio de Niceia II, DS 601.

pdf | Documento gerado
automaticamente de [https://
opusdei.org/pt-br/article/tema-8-jesus-
cristo-deus-e-homem-verdadeiro/](https://opusdei.org/pt-br/article/tema-8-jesus-cristo-deus-e-homem-verdadeiro/)
(24/01/2026)